



Revista Andina de Estudios Políticos

ISSN: 2221-4135

<http://www.iepa.org.pe/raep>

Martins, Joyce & Coelho, Rebeca. (2015). O gênero e a Ciência Política: questões de episteme e método a partir do estudo de candidaturas de mulheres. *Revista Andina de Estudios Políticos*, Vol. V, N° 2, pp. 47-63.

Artículo Publicado por: Instituto de Estudios Políticos Andinos – IEPA

www.iepa.org.pe

Todos los Derechos Reservados

El presente producto está licenciado por Creative Commons. El Instituto de Estudios Políticos Andinos se reserva el derecho de publicación de los artículos. Cada uno de los artículos es publicado con los permisos correspondientes de los autores. La Revista Andina de Estudios Políticos es una revista publicado bajo la plataforma OJS que garantiza la distribución del presente artículo de manera libre y gratuita.

O GÊNERO E A CIÊNCIA POLÍTICA: QUESTÕES DE EPISTEME E MÉTODO A PARTIR DO ESTUDO DE CANDIDATURAS DE MULHERES

GENDER AND POLITICAL SCIENCE: EPISTEMOLOGY ISSUES AND METHOD FROM THE STUDY OF WOMEN CANDIDATURES

Joyce Miranda Leão Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rebeca do Nascimento Coelho
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O objeto de análise deste artigo é o caso de duas candidaturas femininas para a prefeitura da cidade de Fortaleza, no Brasil, quais sejam: Maria Luiz Fontenele (no ano de 1985) e Luizianne Lins (em 2004). O trabalho busca pensar se é necessário que as mulheres participem da disputa política para ter seus direitos reivindicados. A hipótese é que a participação feminina é necessária para que as mulheres tenham seus direitos colocados em discussão. A análise empírica foi importante para mostrar como teoria, realidade e meios de pensar uma situação devem caminhar juntos.

Palavras-chave: Perspectiva de gênero. Ciência Política. Fortaleza.

Resumen

El objeto de estudio de este artículo es el caso de dos candidaturas femeninas para el cargo de alcalde en la ciudad brasileña de Fortaleza, las cuales fueron: Maria Luiza Fontenele (en el año 1985) y Luizianne Lins (en el año 2004). La hipótesis es que la participación política femenina es necesaria para que las mujeres inserten sus reivindicaciones en la discusión pública. El análisis empírico fue importante para mostrar cómo teoría, realidad y medios de pensar una situación deben caminar juntos.

Palabras clave: Perspectiva de género. Ciencia Política. Fortaleza.

Abstract

The text analyses the women political participation and quests if it's necessary that they themselves are in representative roles so that come some claim for female rights. The study object is the case of two female candidatures for the City Hall at the Brazilian city of Fortaleza, wich are: Maria Luiza Fontenele (in 1985) and Luiziane Lins (in 2004). The hypothesis is that female political participation is needed for women to have their claims put in discussion. The empirical analysis was important to demonstrate how theory, reality and ways to think a situation must walk together.

Keywords: Gender perspective. Political Science. Fortaleza.

Joyce Miranda Leão Martins: Bacharela em Ciências Sociais e Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou doutorado sanduíche na Universidad Complutense de Madrid. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Política, atuando, principalmente, nos seguintes temas: política brasileira, comunicação política, gênero, metodologia qualitativa. Contacto: joycesnitram@yahoo.com.br.

Rebeca do Nascimento Coelho: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Realiza pesquisas na interface de Sociologia e Ciência Política, tendo interesse pelos Estudos Feministas e de Gênero. Contacto: becancoelho@gmail.com.

O GÊNERO E A CIÊNCIA POLÍTICA: QUESTÕES DE EPISTEME E MÉTODO A PARTIR DO ESTUDO DE CANDIDATURAS DE MULHERES

Introdução

A Ciência Política se constituiu tendo como objeto de análise o poder e sua relação com o Estado. Para estudar esse poder, utilizou métodos emprestados do Direito (nos tempos do Velho Institucionalismo) e, depois, adaptou o olhar da Psicologia aos estudos de Cultura Política.

Atualmente, a estatística compõe muitas análises tanto de comportamentalistas como de novos institucionalistas, fazendo com que os estudos quantitativos ganhem bastante relevância na análise de nossos cientistas. Vale a pena recordar, entretanto, que a Ciência Política surgiu como uma filha caçula das Ciências Sociais e pensar se estas não têm mais nada a dizer. Para isso, é importante começar refletindo sobre o que a própria ciência da política se calou ou falou ainda muito pouco. Alguns temas assomam, tais como: representação de indígenas, negros e mulheres no poder. Estes têm em comum o fato de que se referem a grupos sociais marginalizados, que muitas vezes buscam o poder a partir de falas sobre identidades coletivas. Na "realpolitik", assim como na academia, são minoria como sujeitos de estudo e também como protagonistas de análises. Nesse sentido, o artigo proposto se volta para a participação política das mulheres e busca pensar se é necessário que elas mesmas estejam na disputa política para que haja uma reivindicação dos direitos femininos.

O objeto de estudo é o caso de duas candidaturas de mulheres para a prefeitura da cidade de Fortaleza: Maria Luiza Fontenele (no ano de 1985) e Luizianne Lins (no ano de 2004). As duas candidatas, que foram eleitas, eram do Partido dos Trabalhadores (PT), que atualmente tem uma mulher na presidência do país. A hipótese é que a participação política feminina é necessária para que as mulheres tenham suas reivindicações postas em discussão. Assim como foi necessário, por exemplo, que mais mulheres escrevessem e pensassem as Ciências Sociais para que buscassem e tentassem tirar do esquecimento as "mães da Sociologia"¹.

O estudo de mulheres traz para a Ciência Política uma nova necessidade: um questionamento acerca de sua episteme e de suas metodologias, pois o conhecimento foi, frequentemente, construído de modo distanciado dos sujeitos em posição dominada² no campo científico. Portanto, parte-se do pressuposto que o estudo de mulheres requer uma perspectiva de gênero, uma mudança na visão positivista da Ciência, isto é, se o positivismo afirma a possibilidade de construção de uma ciência neutra, a perspectiva de gênero diz que isso é ilusório, e defende que o cientista torne público seu lugar de fala e suas perspectivas. Sem embargo, isso não significa o fim de posturas racionais, mas sim a construção de "saberes situados".

¹ Acerca disso, ver: Martins (2015).

² Sobre dominantes e dominados em um campo, ver: Bourdieu (1989).

O artigo mostra, a partir de entrevistas com Maria Luiza e Luizianne Lins, que foram necessárias suas candidaturas para que propostas de políticas públicas para mulheres fossem trazidas à pauta política. A análise empírica foi importante para mostrar como teoria, realidade e meios de pensar uma situação devem caminhar juntos. Há muitas situações para as quais não se têm respostas nem conceitos esclarecedores, o que faz o olhar qualitativo não apenas importante, mas fundamental. A partir desse olhar é que podemos de novo voltar a pensar em quantificações estatísticas, ação das instituições e saber por que o funcionamento de uma cultura política costuma ser de uma maneira e não de outra. Como assinala Weber (2002), o olhar das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo.

Quando se estuda uma realidade particular, é necessário observar seu contexto histórico, pois ele traz "luzes" à análise. Nesse sentido, este artigo, que se divide em três partes, começa discorrendo sobre o contexto político brasileiro. Depois, vai se falar acerca da perspectiva de gênero e, por fim, das candidaturas femininas, na cidade de Fortaleza, chamando a atenção para o conceito de representação descritiva.

O contexto político brasileiro

As duas principais subdivisões da Ciência Política (o Neo-Institucionalismo e o Comportamentalismo) pensam a democracia de modo distinto: os institucionalistas se baseiam no procedimento das instituições e os comportamentalistas/culturalistas na confiança que os cidadãos têm nessas instituições e no seu funcionamento. Em uma visão minimalista da democracia, de autores como Schumpeter (1976), o Brasil pode se caracterizar dentro desse regime, pois realiza eleições e têm instituições que regulam a vida dos cidadãos. Dahl (1971), por sua vez, diz que as democracias ideais são apenas abstrações, existindo na realidade apenas poliarquias, com diferentes níveis de democratização (referentes aos procedimentos de um regime). Os governos nacionais devem ter alguns requisitos para ser considerados poliarquias. Um desses principais requisitos é a possibilidade de votar e ser votado, algo que existe no Brasil, independentemente de classe social, etnia ou gênero.

Em uma visão maximalista³, que compreende a democracia para além das instituições, realizando inclusive estudos de qualidade do regime, a democracia brasileira segue tendo muito que fazer, já que combina traços coloniais e patrimonialistas - tais como o autoritarismo o paternalismo - aos ideais liberais da igualdade e da liberdade (da Matta, 1997). Importante dizer: igual a muitos outros países da América Latina, o Brasil passou por uma ditadura militar que impediu a criação de valores democráticos, mas consolidou o capitalismo no país, abrindo as portas ao capital estrangeiro e fomentando o uso de novas tecnologias.

³ Segundo Fraser (2007), uma democracia necessita ter distribuição de renda, reconhecimento das especificidades culturais e autorrepresentação de grupos minoritários.

Nesse sentido, o Brasil entrou na modernidade sem ter construído um forte ideal igualitário⁴, sem a universalização dos direitos, o que aumenta a dificuldade de caminhar em direção a uma política de reconhecimento (Taylor, 1994), em que minorias sociais podem reclamar os direitos de necessidades específicas, já que o ideal da "universalidade" da modernidade escondeu a opressão, deixando invisíveis sujeitos e temas específicos.

No Brasil, a inclusão de "minorias" na política as vezes requer esforço institucional⁵, com o objetivo de criar espaços para a atuação desses grupos sociais e também promover debates, já que algo só se converte em problema político quando se tem a percepção desse algo como problema. Mesmo com as cotas para mulheres na política, implementadas depois da redemocratização (concretamente em 1996), a participação política das mulheres segue sendo muito inferior a dos homens e, só lentamente, o Brasil se dirige para situações de progresso social, como com a criação da Lei "Maria da Penha"⁶ (2006) e a classificação do feminicídio como crime hediondo, no ano de 2015.

A ciência imita a vida e, não estando em uma bolha, longe de sociedade, é influenciada pelos "novos" problemas que asomam socialmente. O movimento feminista trouxe de contribuição às Ciências Sociais o entendimento de que o cientista tem uma visão parcial, condicionada por seu lugar de fala, o que dificulta a expansão do conhecimento científico relacionado às minorias sociais. Scott (1999) considera que uma das contribuições dos estudos feministas foi mostrar que categorias aparentemente neutras são sexuadas (como a noção do indivíduo abstrato) e que a declaração dos direitos humanos, por exemplo, é limitada. A exposição dessa aparente neutralidade, que oculta a exclusão das mulheres, é parte do projeto feminista. Segundo Biroli and Miguel (2014), são sete as contribuições do movimento feminista à teoria política, entre elas: a desconfiança do que se diz universal; discutir a formação das preferências; aprender da experiência vivida; mostrar que apreciar a diferença não significa renunciar ao universal.

Como foi dito, o movimento feminista não foi só necessário para dar melhor qualidade de vida para as mulheres, é também fundamental para a Ciência Política. Antes de pensar na questão empírica que guia este artigo (é necessário que as mulheres participem da disputa política para terem seus direitos reivindicados?), é mister explicar o que é a perspectiva de gênero e dos estudos feministas.

⁴ Permanecem vestígios de uma cultura política na qual há a preponderância da ordem privada sobre a pública. Amigos dos que têm postos estatais costumam ter benefícios em relação ao restante da população. Sobre isso, ver: Holanda (1997).

⁵ Realizado, em relação às mulheres, a partir de demandas do movimento feminista no Brasil, de acordo com: Matos (2010).

⁶ Aumenta a punição para crimes contra as mulheres, praticados de maneira física ou psicológica, no âmbito doméstico.

A perspectiva de gênero

Falar de um novo método implica necessariamente a revisão epistemológica de uma disciplina. Que traz de novo a perspectiva de gênero para os estudos em Ciência Política? O que este método contempla que outros já não tenham contemplado? Em primeiro lugar, a noção de "perspectiva" mostra de maneira nítida que a ciência parte de algum ponto, que o conhecimento é "situado", portanto, não pode ser universal e "neutro", já que é condicionado pelas circunstâncias locais e históricas. Em segundo lugar, como se pode ver, implica uma ruptura com o paradigma positivista, que estabelece a possibilidade de uma neutralidade relacionada a valores (axiológica).

A perspectiva de gênero foi gerada, simultaneamente, nos movimentos feministas e na academia, aparecendo nesta a partir da percepção de que os sujeitos femininos eram invisíveis e que a neutralidade, na realidade, reproduzia a opressão. Nesse sentido, além da necessidade sentida na vida cotidiana, a perspectiva assomava como uma necessidade acadêmica.

Do mesmo modo que o sujeito universal e dotado de direitos, das sociedades modernas, obscureceu muitos outros sujeitos (um deles, as mulheres), a ciência que não deixa explícita sua posição, na produção do saber, com o tempo produz um conhecimento parcial que desconhece (ou finge desconhecer) as questões relacionadas com grupos específicos. A perspectiva de gênero, então, reclama uma expansão de atores e objetos científicos e problemas, dizendo que o conhecimento produzido até agora não é suficiente para dar conta das novas questões.

O método utilizado neste trabalho busca romper com o positivismo, em seus pressupostos de causalidade⁷ e de neutralidade, tratando de mostrar que o conhecimento é situado, exigindo, às vezes, para além de uma postura crítica também uma postura ativa, para trazer aos estudos científicos temas deixados de lado ou considerados de menor importância. Do mesmo modo que na história da disciplina já se buscou o apoio metodológico do Direito e da Psicologia, se supõe aqui, como pressuposto, ser necessário buscar opiniões de outros campos e autores que possam ajudar a compor uma perspectiva de gênero. Aqui, duas autoras atuaram como "guia" das reflexões: Laura Terragni y Donna Haraway.

Terragni (2005) trabalha com pesquisa de gênero e suas implicações e contribuições metodológicas. A autora afirma que há uma metodologia feminista que requer, entre outras prerrogativas, um posicionamento político da pesquisadora e do pesquisador. A crítica feminista da Sociologia se refere ao uso de categorias masculinas sem crítica, sem a utilização da experiência social das mulheres ou se dando conta dessa experiência de uma maneira imparcial, a partir da visão masculina.

Um primeiro desafio apresentado à pesquisa feminista: no começo, a pesquisa sobre as mulheres não mudou o modelo androcentral dominante, pois as mulheres eram estudadas a partir das mesmas

⁷ Os fenômenos sociais são multicausais. E, como lembra Sartori (1987) em *La Política*, nossa ciência apresenta somente probabilidades de que algo ocorra.

categorias que os homens eram analisados. Com o movimento feminista, e em especial com a experiência das mulheres, é que se desenvolvem novas formas de conhecimento. Terragni (2005) sustenta que há um aspecto diferenciador da metodologia feminista: as experiências do pesquisador e da pesquisadora devem ser incluídas na pesquisa. Segundo a autora:

A experiência não diz respeito somente ao “objeto de pesquisa”, mas abrange também o pesquisador. Não somente porque o ato de refletir sua própria experiência faz surgir sucessivas interrogações de pesquisa, mas porque tal experiência é inseparável do seu ser, do seu agir e do seu olhar como cientista social (Terragni, 2005, p. 147).

Elementos como objetividade e distanciamento são questionados, porque não é possível para uma pesquisa feminista praticar o distanciamento, ao contrário, a proximidade entre sujeito e pesquisador é um requisito para provar e reconhecer que as emoções são importantes para a compreensão do fenômeno estudado.

Em muitos textos que se inspiram na metodologia feminista, ao contrário, assume um papel central: a contextualização dos problemas da pesquisa, as condições na qual esta aconteceu, as dificuldades, os recursos, as surpresas, são amplamente descritos, não por simples amor à verdade, mas porque estes constituem um material importante que “faz parte” da pesquisa (Terragni, 2005, p. 148).

Aqui é importante dizer as experiências que levaram a esta pesquisa⁸, segundo o proposto por Terragni (2005). A cidade de Fortaleza como cenário das análises é o ponto de partida para as observações sobre Maria Luiza y Luizianne. A capital do Ceará, no Brasil, é também a cidade natal das duas autoras do artigo. A opção pelo gênero e os estudos feministas deriva do reconhecimento de uma condição de exclusão que sofrem as mulheres em diferentes sociedades, que se reflete na política, na educação, na saúde, na ciência, na luta contra a violência etc. Portanto, é necessário reconhecer que esse campo de pesquisa se encontra em uma discussão que envolve a participação e posições políticas. Alguns pressupostos assumidos pela investigação feminista - como o reconhecimento da dominação social e ideológica imposta às mulheres - requer uma tomada de posição que aqui diz respeito à hipótese da *representação descritiva*, isto é, admitir que em contextos específicos mulheres devem representar mulheres.

Por isso é que a objetividade na pesquisa feminista não pode ser neutra (Haraway, 1995), mas relacionada à posição dos sujeitos envolvidos, em relação ao lugar onde o conhecimento se encontra. O conhecimento é sempre parcial, não apenas localizado, mas corporificado. Haraway (1995) tece várias críticas à visão *tradicional* da racionalidade da ciência, afirmando que esse tipo de racionalidade, além de

⁸ Os dados qualitativos aqui apresentados podem ser encontrados na dissertação de Sociologia de Coelho (2014). A partir deles, pensou-se nas contribuições que a perspectiva de gênero poderia trazer para a Ciência Política.

não ser possível, é marcado pela posição de dominação. Portanto, Haraway se coloca contra a ciência positivista tradicional, propondo outro modelo: de posicionalidade e de corporeidade. Para a autora:

A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar (Haraway, 1995, p. 33).

O contexto escolhido para a pesquisa, como ressaltam Dilley (2002) y Haraway (1995), é o resultado das intenções parciais entre as conexões que ocorreram a partir de certos pontos de vista que resultam de problemas incitados pela categoria de gênero e se enfrentaram com os materiais de pesquisa e os próprios sujeitos, Maria Luiza e Luizianne Lins.

A pesquisa de gênero tem, desse modo, contribuição à pesquisa qualitativa, e também desafios epistemológicos e metodológicos que não terminam nessa ou naquela proposta, mas se afirmam falando de uma parcialidade de conhecimentos tanto do pesquisado como do pesquisador ou pesquisadora. O que não diminui a pesquisa feminista porque, inclusive na Sociologia Clássica, o conhecimento está marcado por determinado tempo e lugar.

Os estudos de gênero desempenham papel importante no reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos na sociedade. Assume-se aqui um papel feminista no fazer sociológico, no qual os estudos de gênero se circunscrevem. Scavone (2008) afirma a existência de uma Sociologia feminista a partir dos estudos de gênero:

Com maior engajamento crítico e político há o processo de construção de uma sociologia feminista que atenta para as relações de dominação masculina e não dispensa o diálogo das teorias com o movimento e a realidade social, pois pressupõe que teoria e ação política se retroalimentam (Scavone, 2008, p. 176).

Essas são as perspectivas assumidas aqui, porque se entende que existe uma posição política no fazer sociológico e que não há conhecimento neutro e imparcial. A perspectiva feminista é uma crítica à situação das mulheres como subjugadas no sistema patriarcal e ao reflexo disso nas ciências. A parte seguinte do estudo contém algumas reflexões sobre o tema da representação política descritiva nos contextos das candidaturas de Maria Luiza Fontenele, em 1985, e de Luizianne Lins, em 2004.

As candidaturas femininas e a representação descritiva: o caso da cidade de Fortaleza

A participação política das mulheres oferece uma ampla gama de análise. A capital Fortaleza permitiu o debate sobre essa questão, já que nem todas as capitais do Brasil elegeram prefeitas. Fortaleza teve duas. Além do fato de terem sido prefeitas, Maria Luiza e Luizianne têm pontos em comum em suas trajetórias políticas, que chamam a atenção e possibilitam comparações entre as duas.

As candidaturas de Maria Luiza e Luizianne ocorreram em diferentes momentos históricos e políticos, o que levou a pensar no contexto como categoria para comparar as duas conjunturas, de 1985 e de 2004. Dilley (2002) dá importância ao "contexto do problema", posto que este não é evidente por si mesmo, como alguns pesquisadores supõem, mas uma construção social, tem uma "vida social"; sua definição está próxima da interpretação, portanto, à realização de conexões e desconexões feitas por quem realiza a pesquisa.

As questões teoricamente problematizadas se referem à participação política de mulheres relacionadas com três categorias principais: gênero, poder e representação descritiva. Portanto, foram analisadas as implicações da representação descritiva nos contextos selecionados, a partir das categorias de gênero e de poder, as quais proporcionam pensar as relações historicamente desiguais de gênero e observar as normas, símbolos e subjetividades, como disse Scott (1999).

A candidatura de Maria Luiza em 1985

A pergunta que guia a pesquisa descrita aqui é se as mulheres devem participar das disputas políticas para que seus direitos sejam reivindicados. Mansbridge (1999) aborda essa questão e afirma que sim, em certos contextos, é necessário que as mulheres representem as mulheres.

O primeiro contexto analisado, da candidatura de 1985, caracteriza-se pela transição política pós regime militar. A Nova República se estabeleceu em um período de dificuldades econômicas, os brasileiros se preocupavam com o tema da inflação. Em relação à presença das mulheres na política, havia um panorama sombrio, pois o regime militar, que durou 21 anos, amordaçou a participação⁹ política e os movimentos sociais em todos os âmbitos, o que torna ainda mais interessante o fato de que em Fortaleza tinha duas mulheres que desejavam ser prefeitas em um contexto desfavorável para o exercício da cidadania.

O movimento feminista na década de 1980 levantou bandeiras específicas que tinham a necessidade de apoio político. Começaram os debates acerca da legalização do aborto, da violência doméstica, da discriminação etc. Esses problemas não se restringiram somente ao âmbito dos movimentos feministas, converteram-se em bandeiras de luta e chegaram à população. Seria óbvio que as mulheres na política devem defender essas causas? Ou a representação é geral e qualquer político pode levar adiante essas questões? Que significados sociais ainda pesam sobre as mulheres? Que significados, símbolos e imagens estiveram relacionados à Maria Luiza durante sua campanha?

Foram observados ataques morais relacionados à candidata. Em sua entrevista¹⁰, ela recorda que seus dois divórcios vieram a público com a intenção de prejudicar sua imagem; Acusaram-na de ser dona

⁹ Apenas dois partidos eram permitidos, e as eleições costumavam ser indiretas.

¹⁰ Entrevista concedida a Rebeca Coelho.

de uma rede de motéis; lésbica. Sua cidade natal, Quixadá, era motivo de deboche, porque era um lugar "[...] onde até as pedras são galinhas¹¹", em referência à formação de pedra que parece essa ave.

Se todos esses significados negativos surgiram, o que permitiu a Maria Luiza expressar uma imagem positiva e ganhar a eleição? O papel dos responsáveis pelo *marketing político*, que inaugurou uma nova forma de fazer campanha, deve ser destacado. Carvalho (1999) afirma que, com a extinção da Lei Falcão¹² e a autonomia dos partidos para administrar o tempo livre no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), a participação de profissionais do campo da Comunicação Social foi necessária para a preparação das propagandas políticas. A campanha de Maria Luiza tinha comunicólogos jovens e de esquerda, que tinham experiência com publicidade e estavam dispostos a trabalhar voluntariamente na campanha.

A equipe trabalhou a imagem de Maria, nos meios de comunicação, de dois modos: por um lado, era a militante de movimentos sociais de esquerda, e, por outro, "uma mulher como outra qualquer¹³", uma mãe, uma Maria. Na análise de Barreira:

A presença do feminino como estratégia de disputa eleitoral revela vários pontos interessantes. Ao captar os símbolos "positivos" e isolar os "negativos" a campanha para a Prefeitura construiu espaços de identificação capazes de atingir seus objetivos naturais: angariar a adesão de diferentes segmentos da sociedade em questão. Nesse sentido, o trecho da música que aponta a candidata como "uma mulher como outra qualquer" vai ao encontro de um ideal que aproxima a mulher da categoria povo (Barreira, 1993, p. 448).

Sobre a estratégia da equipe de *marketing político*, Carvalho diz:

Rosa da Fonseca, escudeira fiel da Maria Luiza era uma presença ativa na campanha de rua, oradora nos comícios, mas tacitamente vetada para aparecer nos programas de televisão, assim como nos cartazes e outdoors da candidata. Procurava-se invisibilizar o que era reconhecido como mais radical (Carvalho, 1999, p. 151).

A canção "Maria, Maria", de Milton Nascimento e Fernando Brant, que levava o nome da candidata no título, trazia elementos positivos (que combinavam com a imagem de mulher guerreira e militante dos movimentos sociais) tais como a força, a coragem, "a raça". Além de possibilitar também a identificação com a mulher "como outra qualquer", amorosa, que sorri, chora, tem sonhos e fé na vida. São aspectos que se relacionavam com a trajetória de Maria Luiza.

Foi observado que a campanha de Maria Luiza tentou construir a imagem desta de modo a causar identificação com outras mulheres, eleitoras potenciais. Esse processo de identificação se refere à

¹¹ No Brasil, chama-se de "galinha" as mulheres que costumam sair com muitos homens.

¹² Lei surgida na ditadura militar brasileira, que permitia aos políticos se apresentar na televisão somente com o número do seu partido, isto é, sem falar, sem apresentar *jingles*, nem nada.

¹³ Referência à música "Maria, Maria", de Milton Nascimento e Fernando Brant.

representação descritiva, já que supõe o intercâmbio de experiências e contextos entre eleitores e candidatos (Mansbridge, 1999). Se Maria Luiza buscou essa identificação, é importante questionar que propostas ela tinha para as mulheres. O programa de governo da candidata só foi preparado mais tarde, mas, em umas poucas linhas, no momento da campanha, Maria Luiza disse o que pensava sobre essa parcela do eleitorado:

Nós queremos atender as reivindicações das mulheres, com especial destaque à União das Mulheres Cearenses. Ou seja, implantação de creches, maiores oportunidades de emprego nos bairros onde residem, atendimento à maternidade e a possibilidade de criação de um órgão que trate da questão específica da mulher, mas ainda não estão acertados estes pontos.¹⁴

Embora Maria Luiza hoje não pense a representação¹⁵ como uma forma viável dentro da sua posição política atual, naquele momento sua campanha buscou uma identificação com o eleitorado composto por mulheres, devido aos símbolos utilizados. Na sua fala, havia uma preocupação e uma indicação de propostas específicas para mulheres.

A campanha de Luizianne Lins em 2004

O resultado das eleições de 2004, no que se refere à presença de mulheres, apresentou os seguintes números no Brasil: 7,52% de prefeitas eleitas, o que representava um total de 418 em relação a 5.141 prefeitos. Percebe-se, a partir desses números, a sub-representação das mulheres na política. O jornal O Povo expressa essa realidade na seguinte manchete: “Mulheres disputam somente sete prefeituras no 2º turno”¹⁶, e afirma no primeiro parágrafo:

Mesmo representando a maioria do eleitorado brasileiro (51,18%), a participação das mulheres na política é pequena. Elas disputarão vaga para prefeituras em apenas sete dos 44 municípios que terão segundo turno. Segundo a socióloga e diretora colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues, esse número é resultado de ‘uma cultura machista que não está só nos homens’¹⁷.

Na citação acima, a socióloga Almira Rodrigues ressalta a cultura machista presente na sociedade brasileira como um elemento para a pequena representação feminina no poder. Avelar (2001) aponta algumas das razões para a baixa presença de mulheres na política. Ela ressalta a socialização diferenciada entre meninas e meninos: “[...] o problema está em educar ensinando que o mundo da política é um mundo dos homens, delegando assim à metade da população as decisões que são do interesse de todos” (Avelar, 2001, p. 152). E cita outros fatores: o ciclo de vida da mulher interfere em seu envolvimento

¹⁴ Jornal O Povo. *Eleição ganha charme com presença da mulher*. Fortaleza, 15 de out. de 1985.

¹⁵ Maria Luiza hoje é liderança de um movimento chamado "Crítica Radical", que se coloca contra o sistema político capitalista.

¹⁶ Jornal O Povo. *Sou uma marxista esotérica, não dogmática*. Fortaleza, 31 de out. de 2004.

¹⁷ Jornal O Povo. *Sou uma marxista esotérica, não dogmática*. Fortaleza, 31 de out. de 2004.

com a política, pois presume maior envolvimento com as atividades domésticas assumidas, por exemplo, com o casamento e a maternidade.

Sobre os tipos de famílias e estruturas familiares brasileiros, a autora ressalta que ainda temos modelos de famílias tradicionais em que se baseia a divisão de tarefas por sexo, o que complementa as razões anteriores. O acesso diferencial a recursos econômicos e sociais, devido à posição das mulheres na esfera privada, diminuem suas chances de ascender econômica e socialmente, o que na carreira política se apresenta como fundamental. Capital social *versus* capital emocional; a autora, baseada no conceito de Bourdieu, considera que as mulheres estão menos presentes em áreas de *status*, o que acarreta em menor capital social. Elas detêm maior capital emocional próprio às atividades que desenvolvem, como a de cuidado. Esse capital é menos valorizado na competição do mercado de trabalho ou na política¹⁸.

As estruturas dos Estados podem contribuir positivamente para a ascensão de mulheres à política ou, pelo contrário, dificultá-la. Regimes políticos democráticos tendem a prover maior participação de todos, mas é preciso garantir que, de fato, todos participem. Estados fundamentalistas, baseados no tradicionalismo e na religiosidade, chegam a proibir a presença de mulheres na política, tornando evidente que essa participação é ainda mais dificultosa.

Pode-se ver que as razões são várias para o atual estado da representação política de mulheres, justificadas, entre outras razões, por uma socialização desigual entre homens e mulheres que remetem às normas de gênero indicadas por Scott (1999) que estabelecem funções, espaços e atividades próprias a cada um dos sexos. As candidaturas de mulheres, muitas vezes, assumem, como Barreira (1998) ressalta, o sentido de romper com esses obstáculos sociais, para adentrar um lugar que não lhes foi designado.

Sobre a candidatura de Luizianne, um dos candidatos derrotado no primeiro turno, Heitor Férrer (PDT), afirma num comício noticiado no jornal O Povo de 29 de outubro de 2004:

O deputado estadual Heitor Férrer (PDT) participou do comício e destacou a valentia de Luizianne durante toda a campanha, desde o primeiro turno. 'Éramos dez homens e uma mulher. Ela derrubou nove. É o que se chama no interior de 'surra de saia'. Agora, falta derrubar um, ela vai conseguir¹⁹.

Luizianne assume assim uma postura de guerreira e valente frente ao próprio partido²⁰ (que não a apoiou inicialmente) e aos candidatos que enfrentou. Ela reconhece as adversidades encontradas:

¹⁸ O que a partir do marketing político de candidatas vêm se tentando construir de modo distinto. O cuidado, agora, é colocado como uma característica importante que candidatas mulheres possuíam. Vide campanha de Dilma Rousseff à presidência em 2010 e em 2014.

¹⁹ Jornal O Povo. *Erundina reforça palanque da campanha de Luizianne Lins*. Fortaleza, 29 de out. de 2004.

²⁰ Muitos filiados ao partido de Luizianne (Partido dos Trabalhadores - PT) julgaram melhor apoiar o candidato do PC do B (Partido Comunista Brasileiro), Inácio Arruda, por causa de futuras coalizões nacionais. Como o PT tem instâncias de decisões descentralizadas, Luizianne pôde ser candidata, embora não fosse assim que o diretório nacional desejasse. Luizianne foi acusada de trair o partido.

Olhe eu acho que é um processo longo, difícil, porém tem sido importante, agora não é uma coisa fácil porque é tanta adversidade que as mulheres vivem que eu acho que muitas optam por não viver essa dificuldade também, não é só porque as mulheres têm medo ou porque... primeiro, assim, tem o problema social que diz que política não é coisa de mulher, a gente cresce ouvindo muitas vezes isso, que agora isso aí pode mudar, mas muda lentamente. Só pra vocês terem uma ideia em 2005 a 2008 eu fui a única mulher prefeita de capital entre as 27 capitais, porque eu militava na frente Nacional de Prefeitos, eu fui vice-presidente de relações internacionais da Frente nacionais de prefeitos que agrega as 200 cidades com mais população no Brasil, entre elas as capitais. Eu era a única prefeita mulher, então quando juntava plenário de prefeitos só tinha eu. E, de 2008 a 2012, era eu e outra que não conseguiu nem terminar o mandato porque foi cassada, que foi a Mícarla de Sousa em Natal. Só nós duas, então, na solidão. Era eu e ela nos espaços de capital (informação verbal)²¹.

Ao reconhecer seu papel de mulher na atuação política, Luizianne assume um dos pressupostos que se estabelece na representação descritiva, a identificação com o eleitorado feminino. Para responder se mulheres devem representar mulheres, recorreu-se, também, ao seu programa de governo. É um projeto amplo, composto de mais de cem páginas, que busca contextualizar os diversos problemas enfrentados pela cidade de Fortaleza. Aborda e propõe questões relacionadas à Saúde, Educação, Segurança, moradia, transporte etc. Para fins da pesquisa, interessavam os temas abordados referentes às mulheres. Ainda nas primeiras páginas era afirmado: “Assumimos a responsabilidade de promoção e defesa da efetivação dos direitos de todos e todas, em especial, de segmentos sociais mais violentados: mulheres, crianças, homossexuais, idosos, negros e portadores de deficiência” (Lins, 2004, p. 4). Então, sua campanha distingue os grupos vulneráveis socialmente.

O programa pauta-se em quatro eixos: 1. “Democratização e participação popular – cidadão e a cidadã decidindo a cidade; 2. O meio-ambiente urbano – promover e defender a vida e o direito à cidade; 3. Direitos humanos para todos e todas; 4. Distribuição da riqueza” (idem, p. 12). Cada um desses eixos é detalhado e contextualizado. As questões das mulheres os perpassa e são tratadas especificamente no item: “Equidade de gênero e políticas públicas para mulheres” em que é destacada a criação da Secretária Nacional das Mulheres no governo Lula²². Afirma:

O desafio dessa gestão será, portanto, promover igualdade e cidadania, através de políticas públicas para as mulheres, que venham garantir as mesmas oportunidades para mulheres e homens, de forma que ambos possam se desenvolver e participar igualmente em todos os espaços da sociedade (Lins, 2004, p. 70).

²¹ Entrevista concedida por Luizianne Lins. [jul. 2013]. Entrevistadores: Genílria Maia, José Sérgio Juvêncio e Rebeca Coelho. Fortaleza, 2013.

²² Presidente do Brasil quando Luizianne foi candidata a prefeita de Fortaleza pela primeira vez. Lula era do PT, mesmo partido de Luizianne.

São ressaltadas algumas condições relativas às mulheres em Fortaleza, relacionadas à violência doméstica e à exploração sexual. É destacado que se deve garantir universalidade de direitos e cidadania e são apresentadas as seguintes propostas: criação de Secretaria de Mulheres; Implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Promoção de Trabalho e Renda para as Mulheres; Programa Municipal de Combate à Violência contra a Mulher; Políticas públicas na área da Saúde, com ampliação do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM), implantação de Comitês de Monitoramento da Mortalidade Materna, entre outras propostas de capacitação de profissionais para tratar de questões relativas às desigualdades de gênero; políticas referentes aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a exemplo do planejamento familiar e efetivação do Plano Nacional de Combate à Homofobia, em especial à lesbofobia; na área de educação e cultura foi proposto “um programa de educação não sexista, antirracista, não homofóbica e não lesbofóbica” (Idem, p. 76), além da “inclusão de professores de origem negra, indígena e de orientação sexual diversa” (ibidem) e produção de material didático acerca da população negra e indígena.

Luizianne Lins tem um posicionamento menos radical que Maria Luiza tem (hoje) sobre a representação política, a política de cotas, a própria política e a democracia. Ela, desde o início de sua vida na política institucional, trouxe temas menos explorados e até considerados tabus. Luizianne reconhece seu papel de mulher na política, percebendo entraves e adversidades, mas, além disso, buscou perceber a realidade das mulheres em Fortaleza e apresentou variadas propostas. Enquanto Maria Luiza julga que só a superação da ordem capitalista pode promover a igualdade, Luizianne acredita que é possível melhorar a sociedade atual a partir de políticas públicas específicas para grupos determinados.

Considerações finais

O objeto da Ciência Política, que é o poder e suas relações com o Estado, pede que a disciplina esteja aberta a perspectivas epistemológicas y metodológicas capazes de abarcar a ampla gama de manifestações do fenômeno do poder, para que haja um melhor entendimento deste. Uma importante contribuição do movimento feminista à Ciência Política é que o saber é situado e, portanto, os objetos e sujeitos de estudo necessitam ser ampliados para que se tenha uma maior compreensão de um fenômeno, quer dizer, distintas vozes e distintos olhares são fundamentais para a produção do conhecimento. A existência de variados pontos de vista é ainda mais importante se levarmos em conta que os fenômenos sociais são multicausais (Sartori, 1987).

Além da participação das mulheres na ciência, que tornou possível a emergência de uma perspectiva de gênero, este trabalho teve como hipótese ser necessário também a participação política das mulheres em eleições para que sejam colocadas em discussão reivindicações específicas do gênero. As candidaturas de Maria Luiza (em 1985) e de Luizianne Lins (em 2004) foram os objetos de estudo.

De uma campanha a outra, importantes mudanças ocorreram no que diz respeito à ampliação de direitos civis das mulheres brasileiras: a criação de cotas para mulheres na política; a Lei Maria da Penha

e a classificação do feminicídio como crime hediondo, levadas a cabo a partir de reivindicações do movimento feminista. Os dois contextos parecem próximos quando se pensa que ainda existem direitos das mulheres que necessitam ser reivindicados, para que sejam colocados em prática.

A partir da observação das campanhas, percebeu-se que o fato de ser mulher faz com que seja propício pensar nas questões específicas dessa condição. Embora em uma eleição se deseje mobilizar e convencer ao maior número de pessoas possível, ser mulher permite "conhecer na pele" questões e opressões que um candidato homem não conheceria. A partir das duas candidaturas analisadas, a representação descritiva aparece como importante, pois houve a identificação de Maria Luiza e Luizianne com o segmento feminino do eleitorado. Tendo em vista que este é um estudo de caso, a possibilidade de generalização é restringida, o que requer a observação de outros contextos. Contudo, embora possa ser que nem sempre as mulheres façam a defesa de causas do gênero feminino, é necessário, como afirma Pinto (2010), dar voz às mulheres, criar espaços onde as mulheres falem, pois só elas, as mulheres, são capazes de falar sem construir novas relação de poder relacionadas a gênero (levando em conta que o discurso também é um ato de poder). Para uma sociedade mais democrática (falando em uma visão maximalista), e também para uma Ciência Política mais próxima do conhecimento social de distintas realidades, a perspectiva de gênero se faz mister.

Referencias

- Avelar, L. c. (2001). *Mulheres na elite política brasileira* (2nd ed.). São Paulo: Fundação Konrand Adenauer & Editora UNESP.
- Barreira, I. A. F. (1993). Ideologia e gênero na política: estratégias de identificação em torno de uma experiência. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 36(3), 441-468.
- Barreira, I. A. F. (1998). *Chuva de papéis: Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2014). *Feminismo e política. Uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carvalho, R. V. A. d. (1999). A campanha de Maria Luiza Fontenelle (PT) à Prefeitura de Fortaleza em 1985. *Transição Democrática e Padrão Midiático Publicitário da Política*. Campinas: Pontes.
- Coelho, R. d. N. (2014). *Contextos de participação política de mulheres: as candidaturas das prefeitas Maria Luiza Fontenele (1985) e Luizianne Lins (2004)*. (Mestrado Dissertação (Mestrado em Sociologia)), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- da Matta, R. (1997). *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Dahl, R. (1971). *Polarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press.
- Dilley, R. M. (2002). The problem of context in social and cultural anthropology. *Language & Communication*, 22(4), 437-456. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0271-5309\(02\)00019-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0271-5309(02)00019-8)

- Fraser, N. (2007). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, 15, 291-308.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*(5), 7-42.
- Holanda, S. B. d. (1997). *Raízes do Brasil* (3rd ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Lins, L. (2004). Plan de Governo. *POR AMOR a Fortaleza: construir uma cidade bela, justa e democrática*. Fortaleza: Partido dos Trabalhadores.
- Mansbridge, J. (1999). Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". *The Journal of Politics*, 61(3), 628-657. doi: 10.2307/2647821
- Martins, J. M. L. (2015). la Sociología y el género. Retrieved from <http://www.condistintosacentos.com/la-sociologia-y-el-genero/>
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia e Política*, 18, 67-92.
- Sartori, G. (1987). *La política: lógica y método en las ciencias sociales*. Mexico D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- Scavone, L. (2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, 16, 173-186.
- Scott, J. W. (1999). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *Gender and the Politics of History* (pp. 28-50). New York: Columbia University Press.
- Schumpeter, J. (1976). *Capitalism, socialism and democracy*. Londres: George Allen & Unwin.
- Taylor, C. (1994). A Política de Reconhecimento. In C. Taylor (Ed.), *Multiculturalismo. Examinando a Política de Reconhecimento* (pp. 45-94). Lisboa: Instituto Piaget.
- Terragni, L. (2005). A pesquisa de gênero. In A. Melucci (Ed.), *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultural* (pp. 141-163). São Paulo: Vozes.
- Weber, M. (2002). *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro.